



Aumentar ou diminuir tamanho do texto

**2003/07/12**

## **SUBMARINOS ALEMÃES À FRENTE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

Na edição de 4 de Junho, com este mesmo título, o Diário de Notícias anunciava a abertura das propostas definitivas do concurso para a aquisição de dois submarinos, com o consórcio alemão aparentemente a oferecer melhores condições e um valor mais baixo, 845.6 milhões de euros contra os 949.7 da proposta francesa. A esta etapa segue-se a análise das propostas, provavelmente uma última ronda negocial e a decisão do governo, um processo para o qual não é conhecido calendário. Como o assunto se arrasta, com sucessivos adiamentos, há quinze anos, estando inscrito nas leis de programação militar desde 1993, continua a ser impossível antecipar qualquer data para o possível desfecho desta questão. Mau grado as promessas de que está para breve. Os opositores do projecto vão ter assim mais algum tempo para continuarem a manifestar-se contra, supostamente com alguma esperança de que possam ser ouvidos. Oxalá não o venham a ser porque a não conclusão deste programa seria um grave erro estratégico. Explico porquê. Até porque a necessidade deste tipo de meios não é para muita gente auto-evidente e a aquisição, pelo valor da soma envolvida, presta-se a polémica. Principalmente quando se distorcem os argumentos apresentados na justificação do programa, reduzindo-os à necessidade de “manter escola” ou à necessidade de combater a entrada ilegal de drogas por via marítima. [1] A justificação destes meios situa-se em áreas bem mais nobres, de natureza estratégica, que não têm apenas a ver com questões de defesa. Aliás, começam logo por dizer respeito a um problema de coerência de postura do País, no seio da comunidade internacional, logo da sua credibilidade e imagem no exterior. De facto, Portugal não pode estar constantemente a clamar que é um país atlântico, virado para o mar e que usufrui de uma situação privilegiada – para fazer valer a sua posição na NATO e na EU – e depois nada fazer para partilhar com os seus aliados os benefícios dessa situação ou, pior ainda, não assumir a sua quota-parte de responsabilidades na protecção dos respectivos interesses. Se, na verdade, estamos a falar de uma área estrategicamente importante – e parece ser consensual que é – o mínimo a que não nos podemos furtar, para já não falar de garantir o seu controlo, é assegurar o seu conhecimento especializado e ter capacidade de o facultar a aliados e amigos, se requerido. Ora esse objectivo nunca poderá ser cabalmente assegurado sem uma componente de sub-superfície, que complemente as actividades de navios de superfície e aéreos. Aliás, se Portugal não tiver esses meios perde por duas vias. Por um lado, por séria redução na capacidade própria em recolher informação. Por outro lado, por perda de acesso a fontes de informação que nos estão disponíveis apenas pelo facto de exercermos na área as funções de autoridade NATO de controlo de submarinos, responsabilidade que seria transferida para outro país vizinho se não operássemos esses meios. Para poder ter alguma relevância em termos militares, no sempre mais provável cenário de não dispor de superioridade, Portugal precisa de compensar a sua pequena dimensão com uma aposta em meios que lhe garantam, numa perspectiva de estratégia assimétrica, as mais acessíveis e eficazes contrapartidas. Ora isto passa por pôr ênfase em meios cujo modo de operação é fundamentalmente de natureza não convencional, isto é, que têm as suas melhores possibilidades de sucesso em tácticas que evitam a confrontação directa de forças, situação em que não teríamos vantagem. Aqui entram os submarinos e também as forças de acções especiais, o outro sector em que Portugal, pelas mesmas razões, devia também investir prioritariamente. [1] Por exemplo, o artigo de Miguel Portas no DN de 14 Junho 2001, comentando um texto que eu tinha escrito para a Revista da Armada e que foi erradamente assumido por Miguel Portas como a minha resposta ao seu artigo “A paixão da tropa”, de 5 de Junho de 2001. Só que o artigo da Revista da Armada tinha sido escrito um ano antes, apenas com a finalidade de sintetizar num breve documento as justificações principais para a manutenção desses meios.

## **5 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2010/09/26**

### **O PAPEL DOS SUBMARINOS NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS E COMBINADAS**

*José Rodrigues Pedra[1]*

**2010/09/15**

### **SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS \***

*Texto do CDS*

**2010/04/14**

### **INTELECTUAIS SUBAQUÁTICOS**

*António Borges de Carvalho*

**2010/04/05**

**SUBMARINOS, AFINAL PARA QUÊ?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/06/01**

**REQUIPAMENTO ADIADO**

*João Ferreira Barbosa*